

**BARRAR o  
PL 4330!  
Não à terceirização!**

# PUCViva

Nº 955 - 22/6/2015

Jornal semanal da APROPUC e da AFAPUC

## FECHAMENTO DE TURMAS PROVOCA NOVA ONDA DE DEMISSÕES NA PUC-SP

Até o fechamento desta edição pelo menos 24 professores já estavam na lista das demissões deste primeiro semestre. Pudemos apurar que foram demitidos 14 professores na Faculdade de Economia e Administração, 2 na Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes, 2 na Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, 4 no Direito, 1 na Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia e 1 professor que seria demitido pela Fundasp por problemas disciplinares.

Os números ainda são provisórios, pois a universidade pode notificar os docentes até 8 de julho. Por outro lado também tivemos informações de que demissões aprovadas pelos conselhos teriam sido negadas pelo Consad.

A pior situação foi constatada no Departamento de Administração que enfrenta neste semestre sérios problemas com fechamento de turmas nos campi de Barueri, Santana e Ipiranga.

Segundo o **PUCviva** apurou, na maioria dos departamentos e Conselhos de Faculdade houve posição majoritária em aprovação às demissões, que, desta vez, seguiram o

rito de votação nos colegiados de cada unidade. Porém não faltaram reclamações contra a violência das demissões que interrompem todo um processo de vida e trabalho do docente. Professores que começaram a cursar pós-graduação, visando uma qualificação em suas carreiras, terão modificados seus planos bruscamente.

### MODELO ELITIZANTE

As demissões comprovam mais uma vez a falência de um modelo de universidade cuja sobrevivência se baseia exclusivamente em aumentos abusivos de mensalidade, que todo ano superam a inflação do período.

Após as traumáticas demissões de 2006, todo semestre a PUC-SP vem enxugando seu quadro docente e administrativo através de demissões sejam elas justificadas pela ausência de turmas ou mesmo de maneira vertical, sem justa causa, justificada pela chamada "sustentabilidade financeira".

A situação entre os funcionários também é alarmante, pois, segundo relatos do diretor da AFA-PUC, Nalcir Antonio, cer-

ca de 70% dos trabalhadores administrativos foram demitidos até este ano. As poucas substituições dessa mão de obra efetuam-se através de salários bem abaixo daqueles recebidos pelos antigos funcionários, ficando inclusive abai-

xo dos valores pagos pelo mercado, o que provoca grande rotatividade.

Nesta página publicamos matéria com as indicações sobre a legalidade das demissões e os valores que cada docente terá direito a receber.

### Saiba quais são os seus direitos em caso de demissão

O Sinpro-SP publicou em seu site uma matéria sobre os procedimentos que envolvem a demissão sem justa causa por parte das mantenedoras. Veja abaixo quais os direitos dos docentes em caso de dispensa tanto em termos da CLT, como pelo acordo interno de trabalho da PUC-SP

A demissão pode ser comunicada até um dia antes do início das férias, com aviso prévio obrigatoriamente indenizado e desligamento imediato. Se o aviso prévio for trabalhado, o professor deve ser avisado com antecedência de 30 dias do início das férias. Se este direito for desrespeitado, o professor que tiver pelo menos 18 meses de serviço, terá di-

reito à chamada Garantia Semestral de Trabalho, ou seja terá direito a receber o salário nos valores do primeiro semestre até o final do ano.

Pelo estatuto da universidade as decisões sobre demissões sem justa causa devem passar pelo Coletivo do departamento ao qual pertence o professor e pelo Conselho da Faculdade.

### DIREITOS

O professor demitido nessas condições terá direito a:

- ✓ dias trabalhados em junho.
- ✓ aviso prévio de 30 dias.

continua na próxima página

continuação da página anterior

- ✓ aviso prévio proporcional de 3 dias por ano completo trabalhado.
- ✓ 13° proporcional (7/12).
- ✓ férias integrais ou proporcionais não gozadas, acrescidas de 1/3.
- ✓ indenização adicional de 15 dias ao professor com mais de 50 anos de idade e pelo menos um ano de serviço na mantenedora.
- ✓ multa de 40% do FGTS. O percentual deve ser calculado sobre o total dos depósitos, corri-

gidos mês a mês, não sendo considerados saques ocorridos na vigência do contrato de trabalho. Mesmo em caso de professores aposentados o cálculo da multa deverá ser feito sobre o valor indicado como "saldo para fins rescisórios", que engloba também todos os valores recebidos pelo docente.

- ✓ saque do FGTS.

Esses valores deverão ser pagos até dez dias corridos se o aviso prévio tiver sido indenizado ou um dia após o desligamento, se o aviso prévio for trabalhado. Se o pra-

zo não for cumprido, a mantenedora deve pagar ao professor multa no valor de sua remuneração mensal bruta.

Segundo o Acordo Interno da APROPUC, a estabilidade empregatícia vale para o docente que estiver a pelo menos 36 meses da aposentadoria (a Convenção Coletiva prevê apenas 24 meses) ou em licença médica, licença maternidade ou em mandato de delegado sindical ou ainda for portador de doença grave. As bolsas de estudo são mantidas até o final do ano letivo, porém, o Acordo

Interno da APROPUC avança no sentido de garantir bolsa até o final do curso àqueles docentes que já concluíram 70% de seu curso.

Quanto ao plano de saúde, se o professor contribuiu, pelo menos em parte, para o plano e desde que arque com o custo integral da mensalidade ele poderá ser mantido. A permanência é temporária - de 6 meses a dois anos. Quem já é aposentado pode manter-se no plano indefinidamente caso tenha contribuído por, pelo menos, 10 anos.

## Novos valores que funcionários e professores devem receber nos próximos dias

<b>DÍVIDAS COM OS FUNCIONÁRIOS</b>	Ao encerrarmos esta edição a AFAPUC realizava uma reunião com aqueles funcionários que entraram com ação contra a Fundasp por conta de um reajuste salarial não pago em 1993. A ação, que	envolve 30 funcionários teve sentença favorável da Justiça e a mantenedora contrapropôs um novo valor. Na próxima edição estaremos informando sobre as decisões dos funcionários.
<b>7,66%</b>	Na próxima semana acontece o pagamento da terceira parcela da dívida referente aos 7,66% para os docentes. No mês de agosto será paga a quarta parcela e, a partir daí os valores diminuem em cerca de 2/3, devendo ser corrigidos em maio/2016. Porém, o Sinpro-SP lembra que cerca de 70 professores que têm direito ao paga-	mento ainda não se cadastraram no site do Sinpro-SP. O sindicato solicita que estes docentes se cadastrem com urgência no endereço <a href="http://www.sinprosp.org.br/processos_cadastro_login.asp">http://www.sinprosp.org.br/processos_cadastro_login.asp</a> . Ao acessar a página, selecione a opção "PUC (Fundação São Paulo) (053/2010) - Reajuste 7,66%".
<b>1/3 DE FÉRIAS DOCENTES</b>	Terça-feira, 30/6, é o prazo para pagamento do 1/3 de férias para os professores. Esse pagamento faz parte do acordo interno de	trabalho da APROPUC. Os funcionários recebem o 1/3 individualmente, quando da retirada de suas férias.

**PUCViva**

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP

**Editor:** Valdir Mengardo

**Reportagem:** Andressa Vilela, Marina D'Aquino e Anna Gabriela Coelho

**Fotografia:** Marina D'Aquino

**Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração:** Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

**Conselho Editorial:** Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Hamilton Octavio de Souza e Victoria C. Weischtordt

**Apropuc:** Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

**Afapuc:** Rua Ministro Godoy 1055 – Fone: 3670-8208.

**PUCViva:** 3670-8208 – **Correio Eletrônico:** [pucviva.jornal@uol.com.br](mailto:pucviva.jornal@uol.com.br)  
– **PUCViva na Internet:** [www.apropucsp.org.br](http://www.apropucsp.org.br)

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

# Mais manifestações apoiam a cátedra Michel Foucault

Mais uma vez, nesta semana, ocorreram manifestações de apoio à implantação da cátedra Michel Foucault na PUC-SP. Artigos de jornais novamente voltaram a refletir a situação autoritária que envolve a proibição da cátedra. Em texto publicado na Folha de S.Paulo no dia 17/6, Marcelo Coelho tece uma relação entre a exibição da peça Galileu Galilei, no TUCA, e a proibição. Para o jornalista "Brecht, de todo modo, está no teatro da PUC. Por que impedir uma cátedra Foucault na mesma universidade? O assunto renderia páginas e páginas que não me sinto motivado a escrever;

eles que se entendam lá dentro. Mas tudo me parece um problema de relações públicas. Que imagem a PUC quer transmitir? Para o público externo e leigo, a proibição será vista como obscurantista e inquisitorial. Para o público interno, estará sendo preservada a "identidade" religiosa da instituição. Trata-se de um preço alto demais para responder a problemas de identidade. Depois de Galileu, o catolicismo sobrevive reduzindo sua carga de mitologia e cultivando o essencial dos Evangelhos. Claro, os livros de Foucault não estão proibidos na PUC. Mas será que uma

cátedra Foucault representa ameaça maior que uma cátedra Galileu?"

O Consun também se manifestou em relação à proibição eximindo a PUC-SP de responsabilidade sobre a proibição. Para os conselheiros, "é importante elucidar e explicitar a divergência de posições, sob pena de se concluir que a PUC-SP não aprova a criação da Cátedra, o que não procede, absolutamente. Por tratar-se de matéria de natureza estritamente acadêmica, os membros do Conselho Universitário decidiram, por unanimidade, apresentar novo pedido de revisão consubstanciada

ao órgão máximo da mantenedora, para o qual aguardam resposta. Assim, expressam sua posição de forma respeitosa, reiterando seu compromisso e de toda comunidade acadêmica com a defesa incondicional de liberdade de investigação científica, de discussão e de produção de conhecimento, elementos que constituem uma verdadeira Universidade."

Nesta semana acontece uma nova reunião do Consun, onde a matéria deverá estar em pauta. Abaixo divulgamos matéria sobre o evento 1º Debate da Cátedra Maurice Florence e a Filosofia da Resistência na PUC-SP.

## Primeiro debate da Cátedra Foucault ocorre na PUC-SP

O grupo de pesquisa Michel Foucault da PUC-SP organizou um evento com a intenção de lançar a Cátedra Foucault, na quinta-feira, 18/6. O encontro recebeu o nome de "Por Maurice Florence: 1º debate da "Cátedra Maurice Florence e a Filosofia da Resistência" e contou com a presença dos professores Paulo Eduardo Arantes (USP), Pedro Paulo Gomes Pereira (Unifesp) e teve mediação da Professora Salma Tannus, da PUC.

Arantes explicou que na década de 60, enquanto estudava Filosofia na USP, Foucault foi praticamente posto de lado porque fazia "guinadas muito desconcertantes, que não conseguíamos acompanhar", afirmou o professor, explicando ainda que se tratava de um em-

bate entre o estruturalismo do filósofo francês e o marxismo presente na USP. Arantes acrescentou que, em São Paulo, o filósofo francês ainda se manteve pouco estudado até os anos 70.

No Rio de Janeiro, entretanto, Foucault teve melhor aceitação, pois em sua visita à cidade, focou no assunto da saúde pública, renovando o pensamento brasileiro sobre o assunto, explicou Arantes.

Foi nessa esfera que se especializou o professor Pereira. Nos anos 90, fez seu doutorado na periferia de Brasília, acompanhando o dia a dia de 200 portadores de AIDS. "Era um momento em que as políticas de saúde do governo não tinham efeito, as pessoas morriam e se sentiam



Na mesa do debate os professores Pedro Paulo Gomes Pereira, Salma Tannus Muchail e Paulo Arantes

como a mazela da sociedade", contou.

Nesse sentido, o papel de Foucault na vida do professor da Unifesp foi o de fazê-lo pensar diferente, aproximando-o de seus interlocutores e sendo seu principal instrumento dentro da luta na saúde pública.

O professor falou ainda sobre o significado da proi-

bição da Cátedra na PUC, que, além de tantos outros motivos, tem a ver com a ideia de a igreja católica ter sempre reforçado o estigma e o preconceito com relação aos homossexuais e à AIDS, algo que Foucault combatia com veemência, além de ser um filósofo que sempre resistiu à autoridade eclesiástica.

## FALA COMUNIDADE

# Ajuste fiscal aplica suspensão de Bolsas-Sanduíche

*Comissão Discente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCSP*

O ajuste fiscal do governo federal afeta a concessão de bolsas concedidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para o Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE). No site oficial da agência não há informações sobre al-

teração para concessão das referidas bolsas.

Discentes dos Programas de Pós-Graduação souberam da suspensão das solicitações de novas requisições para esta modalidade de financiamento no momento da candidatura. Em mensagem oficial enviada a um discente, a Capes informa que nenhum programa foi extinto ou suspenso e que aguarda as definições orçamentárias para

analisar os pleitos dos programas. Informa ainda, que a sanção do orçamento ocorreu no final de abril.

O jornal O Estado de São Paulo publicou, em 1/6, matéria referente a concessões desta modalidade de bolsas sob determinação judicial. A gestão da transparência ativa da agência, uma das mais importantes instituições de fomento a pesquisas no país, têm ocorrido de for-

ma bastante problemática. A Rede pela Transparência e Participação Social (RE-TPS) constituída por organizações da sociedade civil e cidadãos atuantes na ampliação da transparência do poder público e seus recursos, elegeu a Capes como uma das cinco organizações públicas menos transparentes e que concorrem ao "Prêmio Cadeado de Chumbo" (saiba mais acessando: <http://retps.org.br/?p=443>).

## Cortes atingem em cheio a educação

O chamado ajuste fiscal põe por terra a falácia encenada pela mídia da "pátria educadora". O governo Dilma, ao invés de alinhar-se ao lado dos setores progressistas da sociedade que lutam pelos 10% do PIB para a educação, vai em sentido contrário fazendo dela uma das principais vítimas de seus cortes. Entre os ministérios que sofreram com o rebaixamento de seus gastos a educação foi a que mais se viu penalizada com um corte de R\$ 1,9 bilhão ao mês.

Na matéria acima a Comissão Discente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCSP demonstrou como esses cortes atingem o pós-graduação, suspendendo novas solicitações de bolsas no exterior. Por outro lado, em várias oportunidades o Conselho de Administração da PUC-SP, Con-sad, vem se debatendo con-

tra atrasos de verbas de agências financiadoras do governo federal.

Outro ponto de estrangulamento é o Fies que promovia o crédito estudantil para aqueles alunos que optassem por pagar as mensalidades depois de formados. O recurso, por seu turno, vinha sendo utilizado de maneira exorbitante por algumas instituições de ensino privadas, que tinham a totalidade de suas mensalidades subsidiadas pelo governo federal. O ajuste fiscal fechou as torneiras indiscriminadamente, prejudicando várias instituições de ensino sérias e inviabilizando a continuidade nos estudos de vários estudantes. De maneira oportunista as mantenedoras do ensino superior usaram o corte para negar reajustes salariais a seus docentes e cortar benefícios, como a Participação nos Lucros e Resultados.

### FEDERAIS

Mas não só as escolas particulares sofreram os impactos dos cortes do governo federal. As Instituições de Ensino federais estão passando por mau momento e uma das reivindicações de sua atual paralisação é exatamente a inviabilização de diversos projetos em função dos cortes orçamentários. Este ano o orçamento dessas instituições foi cortado em 30%.

Agora em junho, novos cortes foram definidos para a educação para serem implementados em junho. Para Paulo Rizzo, presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN "O novo corte anunciado pelo governo será sentido pelas universidades agora em junho, e deverá inviabilizar o funcionamento de várias Ifes,

que já vinham operando com dificuldade de honrar as contas", afirma. Ele explica que os cortes nas verbas de custeio envolvem tudo o que não é Pessoal, ou seja, manutenção, terceirizados, material de consumo, bolsas estudantis. "É o que os reitores vêm fazendo desde o início do ano é escolher o que vão deixar de pagar no momento. Por exemplo, na UFSC a companhia de energia já ameaçou cortar o fornecimento da universidade. Em várias Federais, os trabalhadores terceirizados não foram pagos e paralisaram as atividades, o que levou a necessidade de suspensão das aulas por falta de condições de higiene e segurança para funcionamento", conta Paulo Rizzo.

Veja mais informações sobre a greve nas federais na seção Movimentos Sociais.

## GAUCHE NA VIDA

# Aliança maldita deu no que deu

*Os trabalhadores e as organizações populares e de esquerda precisam juntar forças para enfrentar a grave crise política e econômica gerada nos governos do PT.*

*Hamilton Octavio de Souza*

O povo brasileiro está pagando caro agora o preço de uma aventura política e eleitoral iniciada em 2002 quando a principal liderança do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, conduziu o partido a uma aliança com as forças tradicionais do empresariado e do conservadorismo nacional. Desde então, o que se viu foi o ataque paulatino às esquerdas, dentro e fora do PT, a completa domesticação dos sindicatos e movimentos sociais mais combativos na área de influência petista, a despoliticização da luta de classes e uma escalada ainda incompleta de concessões ao capital, à direita e aos postulados do neoliberalismo.

Anteriormente os governos de Collor de Mello e de Fernando Henrique Cardoso já haviam bombardeado as atribuições do Estado, desmantelado a Constituição de 1988, retirado direitos dos trabalhadores e escancarado o país aos interesses mais mesquinhos e predadores dos capitais nacional e internacional. Vivemos o pior dos horrores de 1990 a 2002, com a liquidação do patrimônio público nos leilões das privatizações, com a "flexibilização" das leis trabalhistas e a entrega das atividades essenciais, entre as quais saúde e educação, ao jogo dos mercados.

Mas, até então, amplos setores populares e a maioria das organizações sociais e de esquerda formavam as

mais diferentes trincheiras da oposição. Os campos de delimitação entre esquerda e direita, progressistas e conservadores, defensores da soberania nacional e entreguistas, defensores do Estado prestador de serviços públicos e privatistas, ambientalistas e predadores dos recursos naturais, defensores dos direitos humanos e apoiadores da truculência punitiva contra os mais pobres e excluídos estavam bem mais claros e definidos, sem a confusão de uma geleia geral.

No entanto, a guinada iniciada pelo PT em 2002, com vistas exclusivamente às eleições e ao seu projeto particular de poder contribuiu decisivamente para que, nos últimos 13 anos, não só boa parte do PT aderisse ao ideário do pensamento dominante, como também - ao não fazer o devido combate político pela esquerda - possibilitou que os setores carcomidos da direita, cautelosos desde o fim do regime militar, voltassem a ganhar desenvoltura e nova energia no seio das classes médias e dos assalariados em geral.

## ERROS E DESVIOS

Qualquer análise honesta da conjuntura atual precisa obrigatoriamente considerar os graves erros e desvios políticos cometidos pela cúpula dirigente do PT, que, ao longo de anos, foi responsável pela metamorfose vivida pelo partido, a começar dos abraços dados nos antigos inimigos dos trabalhadores, o abandono das bandeiras e

das lutas socializantes, até assumir sem escrúpulo ou vergonha o papel de gestores da burguesia e operadores do aparelho de repressão do sistema. Ou alguém ainda tem dúvida de que o PT não seja um partido da ordem capitalista?

Durante algum tempo - já no controle do governo federal - os discursos e as práticas a favor do modelo político-econômico foram dourados com benesses sociais na direção de atendimento das parcelas mais miseráveis da população, na recuperação do salário mínimo, na redução da secular e gritante desigualdade. Tais programas evidentemente foram bem recebidos e conquistaram levas de agradecidos e apoiadores, enfim, uma base social a reconhecer os méritos da situação diante do descaso explícito dos governos anteriores.

A economia chinesa ajudou, as relações sul-sul contribuíram e o consumo mantido artificialmente criou a sensação generalizada de que o Brasil era uma ilha de prosperidade num mundo destroçado pela crise do próprio sistema neoliberal. Vivemos entre 2008 e 2013, nos governos do PT, a grande ilusão do paraíso terrestre em que toda a sociedade e todos os brasileiros estavam ganhando: os pobres ganharam o Bolsa-Família, o Prouni, o FIES, o novo cálculo do salário mínimo baseado em PIB crescente; e os ricos ganharam nos impostos desonerados, nas obras e serviços su-

perfaturados, nos empréstimos com juros subsidiados, no superávit primário garantido, na especulação imobiliária e na brutal transferência de renda possibilitada pelo juro elevado e o crédito incentivado.

No final das contas, a tal política lulista segundo a qual todos ganham, na verdade dava aos pobres menos do que a décima parte do que era dado aos ricos. Por isso mesmo foram os ricos que quebraram o Estado brasileiro, que sugaram até o último tostão as reservas do BNDES, os repasses do Tesouro e os fundos que deveriam ter destinação exclusivamente social - entre eles o FAT e FGTS -, mas que foram destinados para tentar segurar a debandada do empresariado no momento em que a sangria dos recursos públicos chegou ao esgotamento. O colapso já estava evidente no início de 2014, mas em ano eleitoral o governo e a direção do PT optaram sem pestanejar pelo estelionato e deixaram a verdade sobre a crise para depois das eleições.

## DISCURSO E PRÁTICA

Entre o Dilma-1 e o Dilma-2 ficou evidenciado que o discurso dourado do PT para enganar os trabalhadores e os pobres estava sendo desmascarado pela prática - mais precisamente pelas medidas do chamado - Ajuste Fiscal -, que nada mais fez do que

continua na próxima página

continuação da página anterior

cortar investimentos e programas da área social e vitaminar o superávit primário, com a elevação dos juros, que é o mecanismo que permite rápida transferência de renda da maioria da população e dos recursos públicos para os que especulam com o dinheiro, em especial o setor financeiro e os rentistas detentores dos títulos do tesouro nacional.

Enquanto cortava verbas do FIES, restringia o Prouni com novas regras para o Enem, e reduzia a 1/3 (um terço) os recursos do Pronatec, o governo anunciava novas linhas de crédito aos empresários pelo BNDES, Banco do Brasil e Caixa Federal. Enquanto

deixava as universidades federais sem recursos nem mesmo para o pagamento dos serviços de limpeza, o governo anunciava pacote de privatização de portos, aeroportos, rodovias e ferrovias, com financiamento público. Enquanto negociava ajuda para os grupos empresariais envolvidos no esquema de corrupção da Petrobras, o governo editava medidas provisórias para cortar seguro-desemprego, auxílio-doença e pensão por morte.

Ao mesmo tempo em que trataram de alimentar sua aliança econômica com os banqueiros e os empresários, com inúmeros danos para os trabalhadores (perda de direitos trabalhistas, rebaixamento da massa salarial, informalidade e precarização no trabalho e,

agora, aumento do desemprego), os governos do PT também priorizaram as suas alianças políticas com os partidos tradicionais, a começar do PMDB, mais PR, PRB, PP, PTB e outras siglas menores. Por isso mesmo não se pode dizer que tenha ocorrido alguma contradição entre a vitória de Dilma, em 2014, e o aumento das forças conservadoras no Congresso Nacional dominado pelo reacionarismo evangélico, pelos ruralistas e pelas bancadas da truculência punitiva e policial contra qualquer avanço no campo dos direitos humanos, da cultura e do comportamento.

A direção do Partido dos Trabalhadores, pelas opções que fez, pelo caminho que escolheu e pela aliança maldita com os donos

do capital, é sim a grande responsável pela difícil conjuntura do País, com grave crise econômica e política e com acelerado agravamento da situação social. Só mesmo a mobilização e a articulação das organizações sociais combativas, dos setores populares e assalariados, dos sindicatos e partidos de esquerda, será possível constituir uma frente capaz de retomar o processo por uma sociedade justa, igualitária, livre e soberana.

O Brasil precisa de projetos coletivos, inclusivos e voltados para a maioria do povo. Precisa de reformas estruturais e não de meros paliativos que alimentam as ilusões efêmeras.

**Hamilton Octavio de Souza é jornalista e professor**

## Dilma piora cálculo para aposentadorias

A presidente Dilma Rousseff decidiu vetar a proposta de cálculo para a aposentadoria, aprovada pelo congresso, substituindo-o por uma alternativa que a médio prazo chega até a piorar os efeitos do atual fator previdenciário.

O Congresso e parte das centrais sindicais defendiam a alternativa do chamado fator 85/95. Pela proposta, a mulher cuja soma da idade mais o tempo de contribuição atingisse 85 anos poderia escapar do fator previdenciário e, dependendo de seu salário, chegar até o teto da previdência, R\$ 4.663,75. Para os homens a soma deveria atingir 95.

Dilma aceitou aplicar a medida apenas nos próximos dois anos, daí para a frente essa soma deverá aumentar até atingir 90 para as mulheres e 100 para os homens.

Centrais sindicais como a Conlutas já criticavam a fórmula 85/95, por entenderem que os trabalhadores que entram no mercado com pouca idade (boa parte dos brasileiros começa a

trabalhar aos 14 anos), seriam extremamente penalizados. No caso, um homem que começasse a trabalhar aos 14 anos só poderia se aposentar com 38 anos trabalhados. A situação fica ainda pior quando aplicada a fórmula da nova medida provisória encaminhada por Dilma, pois esse mesmo trabalhador a partir de 2022, quando a progressividade se instalar plenamente, terá que se aposentar aos 57 anos de idade, com 43 anos de trabalho.

A nova fórmula poderá ainda ser barrada no Congresso pelos deputados e senadores.

Os últimos presidentes da república têm se utilizado do chamado "déficit da previdência" para adotarem medidas impopulares contra os trabalhadores brasileiros. Fernando Henrique Cardoso introduziu o odioso fator previdenciário, que atrela as aposentadorias à expectativa de vida média do brasileiro, dificultando sobremaneira a obtenção do chamado teto do benefício. Lula foi elei-

to com a promessa de rever o fator previdenciário, mas em seu governo, com os sucessivos aumentos da expectativa de vida, ficou cada vez mais difícil de os trabalhadores aposentarem dignamente. O governo Dilma caminhou no mesmo sentido até a recente proposta que, em certos aspectos, piora a situação anterior, tanto que a Medida Provisória abre a perspectiva de que, se o trabalhador preferir, pode continuar a utilizar o fator previdenciário.

Vários juristas e políticos já demonstraram a falácia do chamado déficit da previdência. Para Andrei Pitten Velloso, Juiz Federal e Doutor em Direito Tributário, "O déficit da previdência é uma mentira construída a partir dos mais variados artifícios financeiros. Em primeiro lugar, a questão está mal posta: não se deve falar em déficit da previdência, mas da seguridade social. (...) Considerada como um todo, a seguridade social é significativamente superavitária. Tanto que já em

2000 se criou um instrumento financeiro, denominado DRU (Desvinculação das Receitas da União), para permitir a transferência de até 20% dos recursos da seguridade social para o orçamento fiscal, de modo que eles sejam utilizados para pagar os juros da dívida pública. Apenas em 2009, os recursos desviados da seguridade social mediante tal artifício totalizaram o valor de R\$ 39,85 bilhões. Mesmo com o desvio de 20% dos seus recursos, o orçamento da seguridade social permanece superavitário (R\$ 64,4 bilhões, entre 2006 e 2009), se corretamente calculado".

O ataque aos trabalhadores brasileiros parece ter virado norma no governo Dilma, cujas MPs vêm retirando direitos alcançados ao longo de anos de luta. A próxima atração deve ser o Projeto de Lei da Terceirização. É por esse motivo que centrais sindicais como a Conlutas já estão preparando uma greve geral no país contra a retirada de direitos trabalhistas.

## MOVIMENTOS SOCIAIS

# Sindicato dos professores federais se reunirá com MEC

Com a intensificação da greve entre os docentes federais, que completou 23 dias na última sexta-feira, 19/6, e já tem a adesão de 33 seções sindicais, a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (Sesu/MEC) agendou para a próxima terça-feira 23/6, uma reunião com o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN).

Na pauta, estará a discussão sobre as reivindicações dos docentes federais, em greve desde 28 de maio por conta da negativa do governo em negociar com a categoria.

Na última reunião entre ANDES-SN e o Ministro da Educação em exercício, Luís Claudio Costa, e com representantes da Sesu/MEC, os docentes apresentaram, mais uma vez, a pau-

ta da categoria, que inclui a defesa do caráter público da universidade, melhores condições de trabalho, garantia de autonomia, reestruturação da carreira e valorização salarial de ativos e aposentados. Os representantes do MEC, novamente, não apresentaram respostas, e ainda voltaram atrás em relação ao acordo assinado entre a Sesu/Mec e o Sindicato Nacional em abril do ano passado, referente aos conceitos iniciais para reestruturação da carreira.

Em boletim divulgado no site do sindicato, Paulo Rizzo, presidente do Andes, ressalta que como o governo segue sem negociar com os docentes federais, é fundamental a manutenção e o fortalecimento da greve. "Todas as reuniões anteriores não apresentaram propostas e esperamos que o go-

verno responda as nossas reivindicações. Depois dessa reunião, teremos que avaliar se houve avanços ou não, e qual a forma de dar continuidade ao movimento", afirmou.

O presidente explicou ainda que a Sesu/MEC tinha ficado responsável por marcar nova reunião já em abril, mas o Sindicato Nacional não foi convocado e por isso enviou um ofício cobrando a reunião, que só então teve agendamento para o dia 23/6.

A expectativa do sindicato para a reunião é saber se o MEC dará autorização para que a Sesu/MEC negocie com os docentes federais. Em relação aos cortes orçamentários, que recentemente retiraram R\$ 9,4 bilhões da educação, o Andes espera que o MEC disponibilize publicamente as informações de quais os programas e investimentos afetados.

## Comissão especial aprova redução de idade penal

Foi aprovado na última quarta-feira, 17/6, o relatório do deputado Laerte Bessa (PR-DF) na comissão especial que analisa a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 171/93, que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos.

Bessa alterou o texto para prever que a redução da maioria penal de 18 para 16 anos ocorra apenas nos casos de crimes hediondos, lesão corporal grave, lesão corporal seguida de morte e roubo agravado. O relator ressaltou que esses são os crimes que geram maior "clamor" na sociedade. De acordo com o texto, a pena dos adolescentes será cumprida em estabelecimento separado dos maio-

res de 18 anos e dos menores inimputáveis.

A votação foi encerrada em meio a protestos de movimentos sociais que são contra a decisão, pois ela significa um aumento do encarceramento de jovens negros e pobres, além de não representar nenhuma melhora significativa na criminalidade, já que os crimes mais graves são minoria entre os delitos cometidos pela juventude.

O texto aprovado pela comissão é resultado de um acordo entre os partidos em busca de um meio-termo sobre a questão, exceto o PT.

Um dia antes da votação, o governo federal anunciou seu

apoio a proposta do senador José Serra (PSDB-SP). Com isso, o Planalto se manifestou a favor do aumento do tempo máximo de internação de jovens para oito anos, em caso de crimes hediondos, com violência ou grave ameaça. Hoje, o tempo máximo de permanência de jovens em regime fechado é de três anos.

Pela proposta do governo, os jovens cumprirão as penas em estabelecimentos especiais ou em espaços reservados nas unidades socioeducativas, de forma separada dos jovens que cometeram crimes de menor gravidade. Além disso, o Planalto também defende o agravamento da pena de adultos que usam crianças para cometer crimes.

## Tropa de Choque detém 10 pessoas em reintegração de posse

Na manhã do dia 17/6, a Tropa de Choque da Polícia Militar (PM) executou uma ordem de reintegração à uma ocupação Almirante Negro, localizada na Rua Xavier de Toledo, no Centro de São Paulo. O prédio estava ocupado por aproximadamente 300 pessoas desde abril deste ano.

Entre elas, dez pessoas foram detidas por resistirem à ação da PM. Segundo os advogados dos movimentos sociais que acompanharam o caso, tais pessoas passaram por revista vexatória no 3º DP, uma prática proibida no estado de São Paulo e que vai contra os direitos de qualquer cidadão de ter sua privacidade e dignidade respeitadas.

O delegado de plantão, Fabiano Vieira da Silva, disse que os participantes do movimento foram detidos porque havia barricadas no prédio, ocupado pela Frente de Luta por Moradia (FLM).

Segundo moradores, a polícia não agiu com violência ao entrar no prédio, apenas pediu a documentação das pessoas e disse que deveriam sair primeiro mulheres e crianças, mas a princípio os moradores não aceitaram a ordem.

A ação de reintegração vai criar um "termo circunstanciado", que pode se tornar base de uma investigação por parte do Ministério Público e poderá haver inquérito. Caso os detidos sejam condenados, podem ter de prestar serviços comunitários.

# ROLA NA RAMPA

## Debate na APROPUC lança livro sobre desmilitarização da polícia

Organizado por Givanildo Manoel da Silva, militante de direitos humanos, formado em história pela PUC-SP o livro "Desmilitarização da Polícia e da Política: uma resposta que virá das ruas", apresenta textos de militantes, coletivos, movimentos sociais e pesquisadores que se propõem a analisar e discutir a atuação repressiva e a política de coerção social da polícia militar.

O evento contou com a participação do organizador do livro, Giva, de Beatriz Abramides, professora de Serviço Social da PUC-SP e diretora da APROPUC, Francilene Gomes, pós-graduada pela PUC-SP, integrante do Movimento Mães de Maio e assistente social, e Adriana Matsumoto, doutora em psicologia social pela PUC-SP, que também escreveram artigos

sobre a desmilitarização.

Para Adriana, é mais do que necessário tornar o debate sobre a desmilitarização uma pauta permanente entre os movimentos sociais. "A violência é uma característica fundamental do Estado e cria um processo de aniquilação da possibilidade de transformação política", afirmou a psicóloga, cujo texto publicado no livro é sobre a crise estrutural do capital e a gestão militarizada da miséria.

O livro contém artigos de movimentos como Movimento Palestina Para Todos (Mopat), Passe Livre (MPL), Coletivo Desentorpecendo A Razão (DAR), entre outros, que se colocam contra a repressão, o genocídio e o encarceramento em massa da juventude negra e periférica. O diferencial da obra, segundo Bia Abramides, é o fato de ter sido feita pelas



A platéia lotou o debate na sede da APROPUC

mãos dos próprios militantes. "É o primeiro livro sobre desmilitarização, exposto de uma forma crítica, contundente e radical, no sentido de denunciar a barbárie da vida social que vivemos", comentou Bia. Giva enfatizou que o livro é um avanço por ser direcionado à formação política e social da própria esquerda, que não acumulou consensos em relação a política de segurança estatal. De acordo com Giva,

mais de 80% da população não confia e tem medo da polícia. "As pessoas tem medo de serem abordadas e torturadas. Querem segurança, mas não querem a polícia militar. A política não protege. É o aparato de violência do Estado".

O livro foi lançado pela Editora Pueblo, nova editora que pretende publicar mais projetos populares e encontra-se à venda na sede da APROPUC

## Aluna da PUC-SP publica livro



GISLENE BILDA

A autora autografa seu livro na Casa das Rosas

No dia 17 de junho às 17h na Casa das Rosas, a doutoranda em Serviço Social pela PUC-SP Juliana Abramides dos Santos, lançou seu primeiro livreto "La Petite Convenance" (a pequena conveniência), uma realização da editora Corrêgo. Compareceram ao evento professores, alunos e ex-alunos da PUC-SP. O livreto

estará à venda na APORPUC e também pode ser adquirido no site: [http://www.editoracorrego.com.br/produto/la-petite-convenance/O livreto é composto por poemas e poemas de Juliana Abramides dos Santos, Mirna Guryev e Emília Pereira; as fotos são de Leônidas Vala.](http://www.editoracorrego.com.br/produto/la-petite-convenance/O_livreto_é_composto_por_poemas_e_poemas_de_Juliana_Abramides_dos_Santos,_Mirna_Guryev_e_Emília_Pereira;_as_fotos_são_de_Leônidas_Vala)

## Comissão divulga resultado das eleições

A Comissão eleitoral da PUC-SP divulgou os resultados das eleições gerais. Os números denotam que a participação, principalmente dos estudantes, foi baixa, refletindo um desinteresse pelos destinos da universidade. Pelos estatutos da universidade os nomes dos eleitos serão referendados pelos diretores de faculdade

## Professor da PUC-SP lança livro esta semana

O professor Renaldo Gonçalves, do Departamento de Contábeis da faculdade de Economia e Administração, lançará seu livro Matemática Financeira no próximo dia 25/06, na livraria da Vila do shopping Higienópolis, às 18h30. Na ocasião, haverá um bate papo com o autor e o economista Pedro Silveira.

## Ex-aluno termina livro sobre Geraldo Vandré

O ex-aluno de pós-graduação Victor Nuzzi, trabalhou durante anos sobre a biografia do cantor e compositor Geraldo Vandré. Conforme informou a Folha de S.Paulo, o livro tem dados inéditos sobre a carreira

do polêmico artista, mas até agora não encontrou editora para publicá-lo. Espera-se que com a recente decisão do STF sobre biografias o interesse sobre a pesquisa possa ser reacendida.